

França propõe que a dívida externa seja paga em bônus

Nova Iorque — O presidente da França, François Mitterrand, propôs ontem um mecanismo para aliviar o pagamento da dívida externa, "especialmente da América Latina e África", através de conversões em bônus com a participação do Fundo Monetário Internacional. Durante sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Mitterrand disse que a carga da dívida "exige uma ação imediata".

Lembrou o presidente que a França resolveu cancelar um terço da dívida oficial dos países mais pobres, principalmente africanos, mas ressaltou que "este passo significativo não passa de um começo". Para os países com grandes dívidas, particularmente da América Latina e África, "a dívida representa uma carga intolerável e, em certos casos, uma ameaça à democracia".

Diante desta situação, disse Mitterrand, a comunidade internacional deve demonstrar que pode ser "mais realista e mais imaginativa". O presidente francês opinou que a dívida deve ser integralmente paga, "mas seu custo pode ser reduzido sem a transferência da carga aos contribuintes dos países emprestadores".

Recordou que os Estados Unidos, no ano passado, "num gesto arrojado, garantiram parte do principal dos créditos comerciais do México, e que vários países e muitos peritos têm pensado em criar um fundo multilateral que reduza os custos, garantindo o pagamento de juros".

Mitterrand assinalou que vários métodos tem sido propostos, mas que na opinião da França a melhor solução seria "criar um fundo, na esfera do FMI, para garantir o pa-

gamento de juros de certos créditos comerciais que sejam convertidos em bônus". Esse fundo "reduzirá significativamente" o custo financeiro a ser pago pelos países devedores e os integrará mais ativamente no comércio mundial".

Explicou que para financiar esse fundo, os países industrializados reservarão sua cota de uma nova emissão de Direitos Especiais de Saque (DES) para uso dos países em desenvolvimento. Segundo o presidente, o desenvolvimento deve basear-se não somente no alívio da dívida, mas também na estabilização dos lucros das exportações dos países em desenvolvimento, proteção ambiental, transferência maciça de tecnologia e programas de interesse universal que possam mobilizar recursos para ajudar regiões que enfrentem catástrofes naturais ou de outra natureza.